FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO
TEORIA GERAL DO ESTADO I

Docente responsável: Profa. Dra. Eunice Aparecida
de Jesus Prudente

O ESTADO MODERNO

I - Primeiras observações

A) O estado encontra-se em constante mudança, sempre expressando novos desenhos de organização política. O estado identificado pelos nossos autores como "Estado Moderno", além de atender as necessidades do sistema econômico capitalista mercantil (séc. XIV), estava vinculado a uma consciência política fundada num sentimento de pertencimento a comunidades determinadas por experiências históricas e culturais, plasmadas nos tempos medievais.

B) Conforme a História, a Idade Moderna surge da derrocada da ordem feudal/medieval, mas o avanço das ações guerreiras de Oton (Império Otomano) invadindo Constantinopla em 1453 (Queda do Império Romano do Oriente) valorizou as rotas comerciais pelo Atlântico, instalando a revolução comercial mercantilista.

C) Dois fatos históricos comentados por Dallari (op.cit., p. 67/68, nota 64) demonstraram o comportamento dos governantes no exercício do poder:

Século XI

Papa Gregório VII versus Henrique IV
(Alemanha)

Imposição de pena de EXCOMUNHÃO

1077 - Peregrinação de Henrique IV a Canossa
(Alpes italianos) para pedido de perdão

(Excomunhão - "derivado do latim
excommunicatio na terminologia do direito
canônico

entende-se a exclusão ou privação de uma
pessoa à comunhão dos fiéis e do uso dos
sacramentos divinos" (Enciclopédia de Direito,
v. 34, p. 473)

- Século XIV

Filipe, o Belo - Imperador da França versus
Papa Bonifácio VIII

Filipe de França acusa o Papa de
"interferência em assuntos de ordem temporal"

e

propõe um concílio para deposição do Papa
Bonifácio VIII

1303 quando o Papa repousava no Castelo de
Anagni é preso por forças militares

francesas por três dias. "Humilhado e
abatido", Bonifácio VIII falece um mês depois.

E, conclui Dallari "Era a primeira grande vitória do absolutismo, assinalando de maneira violenta a presença de um novo Estado.“

O Estado Moderno é assinalado pelo exercício de poder centralizado e pela territorialidade valorizada pelas fronteiras guarnecidas por exércitos de base nacional.

Tem como características a soberania, o território, o povo (súditos) e a finalidade (salvaguardas nacionais).

* Antiguidade não conheceu o conceito = soberania

- pela inexistência de oposição nos extensos impérios (teocracias), ou seja, não havia outras manifestações de poder

- políticas expansionistas e desrespeito a fronteiras

Tempos Medievos = multiplicidade / centros de poder = conflituosidade constante

- nebulosa noção de autoridade

III - Soberania - Fundamento do estado Moderno

(Vide excelente texto de Paulo Bonavides - Teoria Geral do Estado. S Paulo:

Malheiros, 2010, p. 35/48)

"Ao termo da Idade Media e começo da primeira revolução iluminista que foi a Renascença, brilhante precursora da segunda revolução, a revolução da razão, ocorrida no século XVIII, o Estado Moderno já manifestava traços inconfundíveis de sua aparição cristalizada naquele conceito sumo e unificador - o de soberania, que ainda hoje é seu traço mais característico, sem embargo das relutâncias globalizadoras e neoliberais convergentes no sentido de expurgá-lo das teorias contemporâneas do poder“.

"Mas nunca deslembrar que foi a soberania, por sem dúvida, o grande princípio que inaugurou o estado Moderno, impossível de constituir-se se lhe falecesse a sólida doutrina de um poder inabalável e inexpugnável, teorizado e concretizado na qualidade superlativa de autoridade central, unitária, monopolizadora de coerção."

E, depois de citar N. Maquiavel como o primeiro cientista social a denominar as "repúblicas" , sociedades políticas, como "status" = estado, na obra "O Príncipe", Bonavides comenta: "O florentino secularizara o messianismo teleológico para levantar frente ao edifício do poder a estátua do príncipe todo-poderoso, desembaraçado de escrúpulos, vinculado unicamente aos fins que lhe justificassem os meios no exercício de uma autoridade sem limites e que, por isso mesmo, atravessava as fronteiras da moral, dos bens costumes, da obediência-cristã, estabelecendo entre a pessoa do governante e a "res publica" uma promiscuidade que desembocava no arbítrio e nas demasias do tirano ungido pela filosofia do oportunismo."